DIVÓRCIO IMPOSITIVO: UMA ANÁLISE DA SUA UTILIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO PROMOTOR DA LIBERDADE E DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

IMPOSITIVE DIVORCE: AN ANALYSIS OF ITS USE AS AN INSTRUMENT TO PROMOTE FREEDOM AND HUMAN DIGNITY

Emanuel Fagner de Oliveira e Silva¹, Alberto Rodrigues de Oliveira¹, Ana Paula Inácio¹, Francisco Torres de Moraes Filho¹, Ítalo Wesley Paz de Oliveira Lima¹, Manoel Arnóbio de Sousa¹

¹Faculdade de Integração do Sertão – FIS, Serra Talhada-PE, Brasil.

Resumo

O Divórcio é o meio utilizado pelo cônjuge que, insatisfeito com o casamento, recorre a esse processo como forma de se desvincular da relação indesejada. O presente trabalho tratou de investigar a possibilidade de o Divórcio Impositivo ser implantado no ordenamento jurídico brasileiro, tendo em vista as grandes mudanças no Direito de Família, bem como a autonomia privada do cônjuge. Contudo, em que pese toda evolução da norma jurídica, a extinção do vínculo conjugal ainda é algo que perdura um certo tempo para sua concessão. Muito embora já existam normas jurídicas que sinalizam uma possível admissão do divórcio impositivo, tal matéria relacionada a esse procedimento extrajudicial, ainda não está pacificada pela doutrina, nem tampouco reconhecida por lei. O objetivo do trabalho é demonstrar que a dissolução conjugal pelas vias administrativas representa uma maior rapidez no alcance do direito do cônjuge, tendo em vista a autonomia privada e a dignidade humana de cada cônjuge, como também contribui para a celeridade jurisdicional. A metodologia aplicada foi a dedutiva; e como pesquisa foi utilizado o método bibliográfico e das normas legais. O referencial teórico utilizado foi a Teoria Tridimensional do Direito do professor Miguel Reale. Ao final, foram apresentados argumentos com o intuito de demonstrar a importância da implantação do Divórcio Impositivo no ordenamento jurídico brasileiro como alternativa mais célere de assegurar o direito subjetivo ao cônjuge.

Palavras-chave: Casamento. Dissolução Matrimonial. Divórcio Impositivo.

Abstract

Divorce is the means used by the spouse who, dissatisfied with the marriage, resorts to this procedure as a way to disengage from the unwanted relationship. The present work tried to investigate the possibility of Imposing Divorce to be implemented in the Brazilian legal system, in view of the great changes in Family Law, as well as the spouse's private autonomy. However, despite all the evolution of the legal norm, the extinction of the marital bond is still something that lasts for a certain time for its concession. Even though there are already legal norms that signal a possible admission of taxable divorce, such matter related to this extrajudicial procedure is still not pacified by doctrine, nor recognized by law. The objective of the work is to demonstrate that marital dissolution through administrative means represents a greater speed in the scope of the spouse's right, considering the private autonomy and human dignity of each spouse, as well as contributing to judicial speed. The applied methodology was deductive and as research the bibliographic method and legal norms were used. The theoretical framework used was Professor Miguel Reale's Three-Dimensional Theory of Law. At the end, arguments were presented in order to demonstrate the importance of implementing the Tax Divorce in the Brazilian legal system, as a quicker alternative to ensure the subjective right to the spouse.

Keywords: Marriage. Marriage Dissolution. Tax Divorce. Impositional Divorce.

Introdução

A instituição matrimonial, é um fenômeno social que ultrapassa por várias gerações. Desde a existência de vida na terra, o ser humano sempre se viu diante da necessidade de construir uma relação com o outro.

Com o intuito de buscar um melhor equilíbrio nas relações matrimoniais, ao decorrer dos tempo, em razão do surgimento dos mais variados comportamentos sociais, o Direito de Família vem passando por profundas transformações.

Nesse diapasão, ao passo da evolução jurídica, e mesmo diante da resistência por parte da moral religiosa, as dissoluções matrimoniais foram adquirindo novos entendimentos.

Seguindo toda dinâmica jurídica, surge o Divórcio Impositivo. Regulamentado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, o referido divórcio possibilita a dissolução unilateral do matrimônio. Entretanto, o Conselho Nacional de Justiça não autorizou os Tribunais a permitirem tal procedimento.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por finalidade fazer uma análise da possibilidade de admissão do divórcio impositivo ou unilateral ao ordenamento jurídico brasileiro, haja vista toda a evolução do Direito de Família.

A Teoria Tridimensional e a sua contribuição para a Concepção do Casamento nos dias Atuais

A instituição do casamento nos remete a tempos longínquos, ou seja, entende-se ser um ato matrimonial que se originou desde a existência do homem na terra. Se tratando de um acontecimento histórico e social, faculta compreender todo um processo de evolução.

Se fizermos um comparativo, é possível perceber que a atual concepção de casamento distancia-se dá de tempos passados. Hoje, o conceito de casamento está baseado no afeto, na liberdade, na igualdade entre os participantes da união matrimonial. A Constituição Federal de 1988¹ trouxe uma nova roupagem no direito das famílias, estabelecendo um tratamento igualitário entre o homem e a mulher.

O professor Paulo Sérgio Sanches Rocha, em um artigo publicado na internet, também trouxe o seu posicionamento em relação ao assunto, vejamos:

O casamento é um dos fenômenos mais importantes da sociedade moderna. Antigamente, era quase que unicamente baseado em interesses e poses de terras. Hoje, quem procura um parceiro para a vida inteira é, essencialmente, movido pela necessidade humana de compartilhar com o outro. A satisfação no casamento é um tema complexo, que envolve uma miríade de fatores. Pesquisas apontam e confirmam cada vez mais que é no cotidiano que moram os maiores propulsores da felicidade na vida a dois. O casamento transforma-se ao longo da vida, com a vinda dos filhos, responsabilidades, entre outras coisas. Com isso, é necessário que se discutam formas de manter o bom convívio entre o casal (ROCHA, 2017, online).

Seguindo essa mesma metodologia de pensamento, o código Civil de 2002² trouxe a nomenclatura dos interesses comuns, de companheirismo; e, com isso, possibilitou um maior equilíbrio no tocante aos direitos e deveres do homem e da mulher no casamento.

Fazendo referência ao estabelecido no artigo 1565 do Código Civil³, na compreensão de Tartuce, (2016, p.106) “pelo casamento, tanto o homem quanto a mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família - comunhão plena de vida”.

¹ Art. 226, § 5º da Constituição Federal – Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

² Art. 1.511 do Código Civil de 2002 – O casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges.

³ Art. 1.565 do Código Civil – Pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família.

Em tempos passados, os objetivos do casamento orbitavam interesses individuais. Repita-se, a finalidade do matrimônio se atinha a perpetuação da espécie humana, bem como promover de forma honrosa o enriquecimento patrimonial, haja vista o dote pertencente à mulher. O casamento era um ato que trazia benefício apenas para um dos cônjuges, isto é, existia a prevalência do homem sobre a mulher.

Feita essas breves comparações de forma introdutória, é possível aprofundar um pouco mais nessa seara. Entende-se que o casamento é um dos acontecimentos mais significativos no contexto social. Vivenciado em todos os tempos e por variadas culturas, foi recepcionado pelas diferentes religiões sob o prisma de se tratar de um ato sagrado, divino; e, em regra, consolidando normas de ordem social e moral.

Assim sendo, ao analisar todo histórico da evolução do casamento, e considerando se tratar de um fenômeno presente no meio social passível de mudanças, percebe-se uma maior necessidade de um olhar jurídico a fim de promover uma concepção mais justa e equilibrada no tocante a tal instituto.

Há de se compreender que sendo o casamento um fato social que perpassa por várias gerações, nesse sentido, é possível compreender que o direito também, de certa forma, está ligado a esses fatos sociais.

A principal ideia que está pressuposta na tese de que o direito pode ser objeto de uma ciência particular chamada Sociologia é a de que ele também é um fato social, ou seja, é uma criação social, tem uma finalidade social e é na própria vida social que encontra sua fundamentação, sua justificativa (SILVA, 2019, p.55).

Lançando mão da Teoria Tridimensional, o Jurista e Filósofo Miguel Reale deu uma contribuição de fundamental importância para o mundo jurídico. Por meio da citada teoria, abriu-se um leque de possibilidades, propiciando visualizar o direito como uma ciência que se amolda as novas realidades e não como algo engessado, preso a situações obsoletas.

A teoria defendida por Miguel Reale tem por finalidade contribuir para a elaboração do pensamento jurídico que venha a atender as necessidades existentes, ou seja, possibilita a compreensão do direito de maneira equilibrada no meio social e cultural. A teoria apresentada pelo professor traça um elo entre o fato, valor e a norma; reconhecendo que, muito embora sejam independentes, é necessário que se correlacionem.

Sendo assim, entende-se que para o professor, existe a necessidade de ir além da visão limitada. Citando a obra de François Géný, Miguel Reale assim colocou em seu livro:

François Géný fixou com precisão a nota característica da nova fase da vida do Direito, ao demonstrar que o que antes era tido pelo jurista como essencial ("o papel e o valor das fontes formais") passara a um plano subordinado, visto como, "não sendo senão modos contingentes de expressão de uma realidade permanente, as fontes devem ficar subordinadas a essa realidade mesma" (REALE, 1994, p.6 apud GÉNY, 1924, p.41).

Nesse sentido, fazendo uma ponte entre a evolução conceitual do casamento e a teoria apresentada, compreende-se a importância positiva da mesma nesse contexto histórico. Conforme já bem exaustivamente discutido, o casamento é um fenômeno social que está em constante evolução. Sendo assim, surge uma necessidade de se amoldar uma norma jurídica a essas situações corriqueiras.

Como se vê, a subordinação do direito ao ângulo da vigência não nascia de um propósito abstrato, como às vezes se declara, incorrendo-se no anacronismo de julgar-se o passado segundo a escala de valores de nosso tempo, mas estava em consonância com o espírito e os standards estimativos da sociedade da época (REALE, 1994, p.17)

Dessa forma, compreende-se que não seria adequada a aplicação de uma norma jurídica baseada em contexto social de épocas passadas em uma realidade social presente. A sociedade

evolui; e, na medida dessas transformações, se faz necessário ter uma visão jurídica compatível com tal evolução.

Seria, de certa forma, uma prática errônea aplicar a um caso concreto uma norma jurídica calçada em uma realidade social distante. Um fato que antes empregava certo valor, um senso de justiça, hoje já não pode ser visto da mesma forma, haja vista que a sociedade se transforma.

Citando a concepção sociológica de Émile Durkheim, Filipe Gonçalves e José Rodrigo, trazem o posicionamento de que as condutas humanas precisam de uma validação normativa e com isso consubstancia a convivência coletiva, vejamos:

Além disso, no âmbito da sociologia durkheimiana a razão de ser do direito não é a justiça, mas a continuidade da existência da vida coletiva. Evidentemente, a justiça não é um elemento desprezado, mas algo que só tem sentido enquanto um ideal social nuclear, com encarnações particulares variáveis e que congrega as consciências individuais em torno de um dever ser comum (SILVA, RODRIGUES, 2019, p.56).

A sociedade está em constante remodelamento, e esse processo de evolução se dá pela origem de novos acontecimentos que surgem no cotidiano das pessoas. Portanto, a norma jurídica necessita acompanhar essas transformações no intuito de regulamentá-las e trazer uma segurança jurídica para essas situações.

Nesse sentido, é de fundamental importância entender que para se chegar ao núcleo do Direito, é imprescindível uma correlação, um diálogo entre os fatos, os valores e a norma. Dessa maneira, torna-se a compreensão mais dinâmica e possibilita melhor as diferenças entre cada situação.

Assim como nêutrons, elétrons e prótons não se excluem para formar um átomo, podendo cada um existir separadamente, os fatos, valores e normas não se excluem para formar o direito, podendo, também, existirem separadamente. No entanto, é quando nêutrons, elétrons e prótons se relacionam, implicando-se entre si que se constitui um átomo. Do mesmo modo é quando fato, valor e norma se implicam, relacionam-se, formando-se um todo, que chamamos ao Direito (CARNEIRO, 2017, online)

Comprendemos que todos os dias surgem fatos novos, o mundo está em constante evolução e se faz necessário romper a barreira do ilusionismo para poder enxergar o que tem por detrás dela. O homem na sua experiência de mundo precisa fazer uma análise entre o que se entende por ser e o que de fato é inteligível:

O revelar-se do homem a si mesmo já é em si e por si um valor, a fonte de todos os valores. O ser do homem é, repito, de maneira originária, e não derivada, o seu dever ser: é dessa raiz que se origina, na pluralidade de suas formas, a árvore da vida cultural. E se no chamado "mundo da cultura" há análoga integração fático-axiológica, é porque o homem o constitui "à sua imagem e semelhança", refletindo-se a polaridade inerente aos valores tanto no plano teórico como no da vida ética (REALE, 1994, p.81).

No Direito das Famílias, o casamento é um fenômeno social que ao decorrer do tempo passa por profundas transformações. A título de exemplo, é possível citar o reconhecimento dado às uniões estáveis pela Constituição Federal de 1988⁴, onde assegura a conversão dessas relações que até então eram reconhecidas.

Como dizia Heráclito, "não se pode banhar-se duas vezes no mesmo rio porque nem as águas, nem você permanecem o mesmo". Tudo flui. Algumas coisas mudam mais depressa, outras mais devagar como o movimento dos continentes ou o discreto afastar-se da Lua, mas tudo está em constante mudança (SILVA, 2008, online).

⁴ Art. 226 da Constituição Federal – A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 3º - Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento

Dessa maneira, entende-se que dada à existência de um determinado acontecimento social, é de suma importância fazer uma análise concisa para se chegar a um reconhecimento normativo. Dessa forma, essa recepção jurídica deve atentar para os demais fatores que envolvem determinada situação existencial.

Analisar um contexto social de forma isolada, com base em teorias que representam um conceito parcial, consubstancia uma falência daquilo que se espera ser por Direito. Nesse sentido, demonstra certa insegurança jurídica julgar um fato social sob a concepção normativa de uma época diferente.

Pois bem, é nesse amplo contexto histórico que se situam as diversas formas de tridimensionalismo jurídico, infensos a interpretações setorializadas ou unilaterais da experiência jurídica, a soluções, em suma, que impliquem a desarticulação de uma estrutura, fora da qual os conceitos de vigência, eficácia e fundamento resultariam mutilados (REALE, 1994, p.20).

A teoria tridimensional possibilitou trilhar um melhor caminho em busca de uma melhor compreensão do Direito, bem como da sua forma dinâmica de se adequar a um fato ou situação existente resultante das variadas mudanças cotidianas. Considerando o nascimento de um fato e em seguida um valor, surge também uma norma que exercerá sua influência nas questões atinentes aquela nova situação.

É importante atentar que, na medida em que vão surgindo novos acontecimentos no meio social, paralelamente, surgem novas concepções em relação aos valores. Sendo assim, alinhada a esses novos momentos, a norma jurídica se encarna em uma nova roupagem, a fim de disciplinar as novas realidades jurídicas.

No caso particular do problema da validade do direito, considera que os três critérios possíveis de validade, o material, o formal e o empírico (expressões que, em última análise, correspondem ao que neste livro denomino, respectivamente, fundamento, vigência e eficácia, que me parecem mais adequadas ao assunto) muitas vezes se integram ou são adoperados conjuntamente, apesar de se manterem sempre distintos e poderem ser aplicados ora um, ora outro, segundo as diversas situações (REALE, 1994, p. 21)

Por conseguinte, percebe-se que o Direito não pode ser visto como uma ciência presa a uma realidade única, nem muito menos em uma relação jurídica presente, com base em uma cultura passada. O direito é um fenômeno jurídico que dia após dia se renova, disciplinando e se moldando aos novos fatos.

Dessa forma, na compreensão de Reale (1994, p. 21) "vigência, eficácia e fundamento são qualidades inerentes a todas as formas de experiência jurídica, muito embora prevaleça mais esta ou aquela, segundo as circunstâncias, sem que se possa partir o nexo que as vincula ao todo, como é próprio da estrutura do direito".

Sendo assim, a Teoria Tridimensional trouxe uma melhor possibilidade de visualizar o direito no tocante as constantes mudanças ocorridas na sociedade. Conforme já bem explicitado acima, a concepção de casamento atual repousa sob a ótica de uma norma jurídica compatível com a realidade presente.

Por tanto, o tridimensionalismo de Miguel Reale, associado ao conceito de casamento moderno, propicia uma melhor interpretação do Direito, bem como a sua adequação as mais variadas transformações ocorridas, eliminando a sensação de um Direito injusto, que não atende as necessidades por ora existentes.

A Trajetória da Dissolução Conjugal e o Divórcio no Brasil

O meio social é composto por diversos grupos sociais, que enxergam valores de maneiras diferentes. Em razão da dinâmica social, todos os dias surgem novos fatos no meio coletivo. Essas séries de acontecimentos proporcionam o encontro dos seres humanos com pensamentos

e ações diferentes. Todo esse processo dinâmico se dá pela razão de que a sociedade está em constante remodelamento, ou seja, sempre em atividade.

No Direito das Famílias não é diferente. Ao decorrer dos tempos, o ordenamento jurídico passou por grandes mudanças. Ao evoluir da sociedade, a norma jurídica foi analisando esses novos fatos com a finalidade de propiciar uma maior segurança jurídica para as demais situações.

O conceito de família galgou grandes transformações. Todo esse processo de evolução se deu em razão do contexto histórico vivido pelo homem. Com o fim da soberania da igreja sobre a vida privada e o surgimento da democratização possibilitou-se a liberdade da manifestação das vontades.

A família então passou a ser vista como uma sociedade igualitária, fundada no companheirismo com a participação de todos os membros da família. Essa nova ideologia familiar fez com que desaparecesse o arcaico modelo patriarcal.

Fruto desse pensamento evolutivo, podemos citar algumas situações que foram reconhecidas, como por exemplo: a igualdade entre os cônjuges⁵, a dissolubilidade do vínculo matrimonial,⁶ o reconhecimento das uniões estáveis⁷ e, também, as uniões homoafetivas⁸, a comunidade formada por um dos cônjuges.⁹

Na compreensão de Tartuce (2016, p. 5), "Buscar-se-á analisar o Direito de Família do ponto de vista do afeto, do amor que deve existir entre as pessoas, da ética, da valorização da pessoa e da sua dignidade, do solidarismo social e da isonomia constitucional."

Essa nova visão do direito de família se deu em decorrência da compreensão que o homem no espaço está em constante mutação. Não se pode fechar os olhos para um fato que precisa ser reconhecido. A transformação social é algo presente desde a existência da espécie humana.

Fazendo referência a obra de Émile Durkheim, os autores Filipe Gonçalves Silva e José Rodrigo Rodrigues trazem a sua linha de pensamento:

O autor define que esse objeto é aquilo que ele chamou de "fatos sociais", que são maneiras de agir, de pensar, de sentir compartilhadas por uma pluralidade de indivíduos e que, de certo modo, impõem-se a nós, que nos constroem a agir, pensar e sentir dessa maneira (SILVA, RODRIGUES, 2019, p 53)

Em decorrência do convívio social, o ser humano passa a ter uma interação com outras pessoas de grupos diferentes, com formas de agir e pensar distintos. Todo esse processo acaba, de certa forma, influenciando na construção da sua personalidade, resultando em como ele assimila os diferentes mitos culturais no meio coletivo.

A trajetória do Divórcio no Brasil foi marcada por grandes embates promovidos pela igreja, que sempre ofereceu resistência quando o assunto pautado eram as dissoluções conjugais. Muito embora a concepção de divórcio esteja fadada a uma ideologia evoluída, a moral religiosa ainda se posiciona contrária.

O divórcio foi introduzido no Brasil em um contexto histórico-político-social em que a liberdade dos sujeitos é a expressão que deve dar o comando, já que a família se despatrimonializou, perdeu sua rígida hierarquia e deixou de ser essencialmente um núcleo econômico e de reprodução. Na verdade, ela ganhou vida, autenticidade,

⁵ Art. 226, § 5º da Constituição Federal – Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher;

⁶ Art. 226, § 6º da Constituição Federal – O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio;

⁷ Art. 226, § 3º da Constituição Federal – Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento

⁸ Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277 DF;

⁹ Art. 226, § 4º da Constituição Federal – Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento;

desprende-se mais do Estado, e as suas essências reguladoras passaram a ser, principalmente, o amor e o afeto (PEREIRA, 2021 p.410).

Dessa forma, entende-se que por meio do divórcio foi possível alcançar uma maior liberdade dos direitos e garantias individuais. A luta pelo reconhecimento do divórcio remonta a situações passadas que necessitavam de um olhar evoluído, no sentido de proporcionar um reconhecimento igualitário entre as partes envolvidas no casamento.

Em meados de 1890, o decreto de nº 181¹⁰ possibilitava o divórcio. Porém, o que era permitido naquela época era apenas a separação de corpos, permanecendo então o vínculo conjugal. Sendo assim, uma vez casado, o vínculo conjugal só era dissolvido com a morte de um dos cônjuges. Dessa forma, o divórcio só poderia ser concedido se houvesse alguma violação por parte de um dos cônjuges ao outro, como exemplo, o adultério.¹¹

Percebe-se que, naquele período, o divórcio permitia apenas o rompimento da sociedade conjugal, ou seja, da convivência a dois, bem como o regime de bens. Já o vínculo conjugal não era desfeito, uma vez realizado não era desfeito, exceto com a morte de um dos cônjuges. Em razão da indissolubilidade do vínculo, não era permitido que o outro cônjuge pudesse contrair uma nova relação conjugal.

Com o advento do código civil de 1916, não se avançou em relação as dissoluções matrimoniais, apenas regulamentou a cessação das sociedades conjugais. Repetindo o que estabelecia as legislações anteriores, o referido código permitia que a extinção da sociedade conjugal se desse por meio do desquite amigável¹² ou de forma litigiosa. Todavia, o vínculo matrimonial não era desfeito.

Ainda com resquícios patrimonialista e patriarcalista, e sob a influência da igreja; que se posiciona contrária as dissoluções matrimônias; o código civil de 1916 não permitia que o vínculo matrimonial fosse desfeito. Conforme já mencionado, o referido código apenas permitia que os cônjuges pudessem recorrer ao desquite.

Uma vez insatisfeitos com o relacionamento, a única maneira de resolver tal situação, além da morte, era por meio do desquite. Porém, se por ventura um dos cônjuges viesse a constituir um novo relacionamento; este, por sua vez, não teria amparo da legislação. Por essas razões, essas relações sofriam preconceitos por parte da sociedade.

Toda e qualquer união extramatrimonial, naquela arquitetura, era chamada ilegítima e não produzia os efeitos típicos do casamento. Até mesmo porque somente o casamento fundava a família. Por conseguinte, as uniões extramatrimoniais (apelidadas de concubinato) eram meras sociedades de fato, não dispoendo dos mesmos direitos reconhecidos às famílias casamentárias. Exemplificativamente, o direito de receber alimentos era exclusivo do casamento, não se aplicando à dissolução do concubinato (FARIAS, ROSENVALD, 2016, p.384).

Olhando para essas situações, compreende-se que existia uma incapacidade civil do cônjuge. É como se o Direito fosse visto de uma forma que aprisionava a liberdade de escolha. Imagine um jovem casal, que nos primeiros meses de convivência se depara com inúmeras insatisfações suficientes para romper a comunhão, por mais que viesse a se distanciar, estaria eternamente preso um ao outro pelo vínculo matrimonial.

Para o professor Miguel Reale, é necessário evoluir, pois o Direito não pode ser visto ou compreendido como algo estagnado.

¹⁰ Art. 88 do Decreto Lei de nº 181/1890 - O divórcio não dissolve o vínculo conjugal, mas autoriza a separação indefinida dos corpos e faz cassar o regimen dos bens, como si o casamento fosse dissolvido;

¹¹ Art. 82 do Decreto Lei de nº 181/1890 - O pedido de divorcio só póde fundar-se em algum dos seguintes motivos: § 1º Adulterio. § 2º Sevicia, ou injuria grave. § 3º Abandono voluntario do domicilio conjugal e prolongado por dous annos continuos. § 4º Mutuo consentimento dos conjuges, si forem casados ha mais de dous annos;

¹² Art. 318 do Código Civil de 1916 – Dar-se-á também o desquite por mutuo consentimento dos cônjuges, se forem casados por mais de dois annos, manifestado perante o juiz e devidamente homologado;

O direito é, por certo, um só para todos os que o estudam, havendo necessidade de que os diversos especialistas se mantenham em permanente contato, suprimindo e completando as respectivas indagações, mas isto não quer dizer que, em sentido próprio, se possa falar numa única Ciência do Direito, a não ser dando ao termo “ciência” a conotação genérica de “conhecimento” ou “saber” suscetível de desdobrar-se em múltiplas “formas de saber”, em função dos vários “objetos” de cognição que a experiência do direito logicamente possibilita (REALE, 1994, p. 56).

Assim sendo, não há um sentido lógico de aplicabilidade do Direito suprimindo as garantias fundamentais. Entende-se que a norma jurídica deve ser o meio garantidor das liberdades de escolha dos cônjuges. Não pode o ordenamento jurídico impor aos cônjuges a manutenção de um vínculo matrimonial contrário as suas vontades.

Vejamos que autonomia privada, a vontade, o desejo do cônjuge devem prevalecer sobre qualquer disposição. Não há sustentação para o não reconhecimento do divórcio impositivo, visto que trata de um ato de espontaneidade do cônjuge que não se vê mais inserido em uma determinada relação matrimonial.

Sob o impulso dessas manifestações de insatisfações no meio social, surge então a lei de nº 6515/77. Intitulada lei do Divórcio, a partir desse novo momento para o Direito de Família, passou a ser permitido que o vínculo matrimonial entre o homem e a mulher pudesse ser dissolvido.¹³

A discussão no Congresso sobre propostas para permitir o divórcio mobilizava o país em 1977. O embate entre parlamentares divorcistas e antidivorcistas refletia a profunda divergência de opiniões na sociedade. De um lado, lideranças católicas convocavam os fiéis a protestar contra “a destruição da família brasileira”. No front oposto, movimentos como a Campanha Nacional Pró-Divórcio defendiam a mudança, que, segundo eles, daria a milhões de brasileiros a chance de regularizar suas famílias. Todos os dias chegavam ao Senado e à Câmara dos Deputados caixas de cartas, manifestos e abaixo-assinados contrários ou favoráveis à iniciativa (BELTRÃO, 2017, online).

A lei do Divórcio representou um marco na luta entre aqueles que se posicionavam a favor e os que se manifestavam contrário as dissoluções matrimoniais. Fruto de grandes embates; o divórcio, a partir da introdução da referida lei, passou a representar um avanço no Direito das Famílias, possibilitando o rompimento de um vínculo indesejado entre os cônjuges.

Contudo, o novo modelo de divórcio introduzido no ordenamento jurídico brasileiro tinha algumas peculiaridades permissivas e proibitivas. A extinção do vínculo só era permitida uma única vez. Todavia, que após o prazo de cinco anos, era que a separação poderia ser convertida em divórcio.¹⁴

Dessa maneira, há de se compreender que todo esse processo de evolução do Direito de Família faz parte de uma construção de pensamentos voltados para melhor atender os anseios dos cônjuges. Dessa forma, entende-se a importância da necessidade de que seja feita uma correlação entre o Direito e os fatos sociais.

A unidade do direito é uma unidade de *processus*, essencialmente dialética e histórica, e não apenas uma distinta aglutinação de fatores na conduta humana, como se esta pudesse ser conduta jurídica abstraída daqueles três elementos (fato, valor e norma), que são o que a tornam pensável como conduta e, mais ainda, como conduta jurídica. Não se deve pensar, em suma, na conduta jurídica como uma espécie de mansão onde se hospedem três personagens, pois a conduta é a implicação daqueles três fatores e com eles se confunde, ou não passa de falaciosa abstração, de uma inconcebível atividade desprovida de sentido e de conteúdo (REALE, 1994, p. 56)

¹³ Art. 24 da Lei nº 6.515/77 – O divórcio põe termo ao casamento e aos efeitos civis do matrimônio religioso;

¹⁴ Art. 40 da Lei nº 6.515/77 – No caso de separação de fato, com início anterior a 28 de junho de 1977, e desde que completados 5 (cinco) anos, poderá ser promovida ação de divórcio, na qual se deverão provar o decurso do tempo da separação e a sua causa;

Nesse diapasão, verifica-se que a norma jurídica não é uma ciência estanque. O Direito é flexível no sentido de enxergar um fato social a partir do seu surgimento. A luz da experiência jurídica, com o intuito de se buscar um equilíbrio da convivência social, deve o Direito propiciar, cada vez mais, uma segurança jurídica.

Seguindo o impulso das grandes transformações, a Constituição Federal de 1988 trouxe uma nova roupagem as restrições impostas pela codificação anterior. Com a chegada da referida carta magna, houve uma flexibilização no tocante a concessão do divórcio.

A nova norma jurídica facultou uma diminuição no prazo para o divórcio. A partir da promulgação da Constituição de 1988, o divórcio passou ser concedido após a prévia separação judicial por mais de um ano ou comprovada a separação de fato por mais de dois anos¹⁵.

Essa nova facilidade, dada através da norma jurídica já citada, representa um amadurecimento da legislação no sentido de compreender que a sociedade não é a mesma do período passado, em que se predominavam os interesses da moral religiosa sobre o privado.

Na ótica do constitucionalismo contemporâneo, então, a dissolução do enlace matrimonial há de ser compreendida como um verdadeiro direito da pessoa humana a vida digna, por conta da Liberdade de autodeterminação, que há de ser compreendida inclusive pelo prisma afetivo. Dessa maneira, encerrados os projetos e anseios comuns que servem como base de sustentação para o casamento - exsurge a dissolução do matrimônio como consequência natural, consubstanciando um direito exercitável pela simples vontade do indivíduo (FARIAS, ROSENVALD 2016, p. 385).

Por conseguinte, seria no mínimo injusto, condenar alguém a continuar em uma relação sem afeto, sem querer continuar com o vínculo. Foi pensando nessas situações que a norma jurídica promoveu um grande avanço no tocante a essas situações fáticas familiares; pois, como já bem explorado, o Direito é fenômeno ligado aos fatos sociais.

Primando pela autonomia privada, bem como pela dignidade da pessoa humana e pela liberdade de escolha; a Emenda Constitucional de nº 66/2010, tema do qual será dado um maior destaque em discussões seguintes, trouxe um novo entendimento ao art. 226 e parágrafo 6º da Constituição Federal de 1988. Com a nova disposição da citada norma, os prazos até então exigidos para a concessão da dissolução conjugal foram retirados.

Após o ingresso da citada emenda no ordenamento jurídico, o divórcio passou a ser concedido sem a exigência do lapso temporal. A imposição, que outrora existia, foi abolida pela EC 66/2010. O cônjuge que não queria mais seguir na relação não era obrigado a aguardar um período para que então o vínculo fosse extinto.

Toda essa evolução jurídica é resultado da experiência vivida pelo homem; e, em regra, possibilita um progresso nas relações conjugais. Conforme a sociedade vai amadurecendo, a norma jurídica vai se aperfeiçoando, compreendendo os novos fatos surgidos e promovendo uma segurança no sentido de fazer com que o Direito seja garantido.

Todo esse desenvolvimento jurídico oportunizou uma maior ascensão das mulheres no mercado de trabalho. Com disso, se tornaram independentes dos seus maridos, rompendo uma cultura fundada no período patriarcal. Essa independência contribuiu para compreensão de que a base para as relações conjugais está subordinada a existência de afeto e desejo de manter o casamento.

O Direito a Liberdade e a Dignidade Humana como pressuposto da Dissolução da Sociedade Matrimonial.

Nos reportando para um contexto social do qual já tratamos inicialmente, percebemos que o direito à liberdade no âmbito do Direito de Família se trata de algo reconhecido em pouco

¹⁵ Parágrafo 6º do Art. 226 da Constituição Federal de 1988 – O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos;

tempo. Fazendo um comparativo histórico social, compreendemos que em períodos distantes não havia a liberdade de escolha nem muito menos o respeito à dignidade da pessoa humana.

Retornando ao período patriarcal, extraímos daquele tempo histórico que a liberdade e dignidade humana não faziam parte daquela cultura nem muito menos das normas jurídicas daquela época. O que se predominava era uma total desigualdade entre as partes, sendo mais benéfico para um do que para o outro. A título de exemplo, é possível citar a liberdade do homem para fazer suas escolhas, ao passo que a mulher era proibida.

A concepção do Direito de Família, nos períodos antecedentes, era pautada em um direito sem igualdade. As mulheres de épocas anteriores eram impedidas de manifestarem as suas liberdades por estarem presas a um sistema matrimonialista e patriarcalista. A mulher era dependente do seu esposo e não podia dispor da liberdade de deixá-lo.

Diante dessas situações, é perceptível a carência da existência de uma norma jurídica que pudesse trazer um sentimento de igualdade de direitos para aquelas situações eivadas de desigualdades e sofrimento experimentado, na grande maioria das vezes, pelas mulheres daquele período histórico.

Uma ordem jurídica se funda sobre certas premissas, que nem sempre estão explicitamente articuladas em textos legais. Pode-se dizer que o ordenamento jurídico-constitucional brasileiro se lastreia em uma premissa antropológica, que se deixa entrever em diversas passagens da Constituição e que é vital para a definição dos contornos do princípio da dignidade da pessoa humana. Trata-se da ideia de pessoa concreta, que é racional, mas também sentimental e corporal; que é um fim em si mesmo, mas não uma "ilha" separada da sociedade; que deve ter a sua autonomia respeitada, mas também precisa da garantia das suas necessidades materiais básicas e do reconhecimento e respeito de sua identidade (DANIEL, 2016, p. 70).

A dignidade da pessoa humana e a liberdade são princípios de extrema importância; que, ao decorrer da evolução social, foram reconhecidos. A Constituição Federal de 1988¹⁶ estabeleceu, como fundamento da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana. Nesse diapasão, tal princípio tem por objetivo proteger os seres humanos de eventualidades que conduzem ao menosprezo.

Nessa mesma linha de pensamento, é oportuno trazer o posicionamento do professor Paulo Lôbo, assim vejamos:

O princípio da liberdade diz respeito ao livre poder de escolha ou autonomia de constituição, realização e extinção de entidade familiar, sem imposição ou restrições externas de parentes, da sociedade ou do legislador; à livre aquisição e administração do patrimônio familiar; ao livre planejamento familiar; à livre definição dos modelos educacionais, dos valores culturais e religiosos; à livre formação dos filhos, desde que respeitadas suas dignidades como pessoas humanas; à liberdade de agir, assentada no respeito à integridade física, mental e moral (LÔBO, 2011, p.69).

Dessa maneira, há de se compreender que todo ser humano nasce livre para realizar as suas escolhas. Sendo assim, não se pode restringir a pessoa humana da sua liberdade. Quando se fala em liberdade, estamos nos referindo a livre manifestação de desejos, sem que sejam impedidos de ser realizados.

A Constituição Federal de 1988¹⁷ segue essa mesma linha de raciocínio. Estabelece a Carta Magna que todos são iguais, não podendo haver distinção de qualquer natureza, nem

¹⁶ Art. 1º, inciso III da Constituição Federal – A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III - a dignidade da pessoa humana;

¹⁷ Art. 5º da Constituição Federal – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

muito menos a violação da liberdade de cada ser humano. O intuito de assegurar a liberdade é promover um melhor convívio e respeito as escolhas de ordem privativa de cada pessoa.

É possível compreender que a liberdade pode ser comparada a autonomia privada. Sendo assim, nos permite consentir que a livre expressão de pensamento do homem é algo que possibilita reconhecer a existência de uma soberania do ser humano em si mesmo. Em outras palavras, o homem tem a liberdade de se manifestar sem que seja coibido por tal ação.

Entendemos que as liberdades de escolhas dos seres humanos nos levam a concluir que se trata de um Direito que não pode ser violado. Dessa maneira, o agir do homem no meio social é algo inerente a pessoa humana; e, por essa razão, se faz necessária a realização de uma análise, no sentido de apurar se tal conduta é positiva ou negativa.

Compreende-se que, nessa visão de historicismo axiológico, o conceito de *fato* se despe de toda e qualquer concepção *fiscalista*, nem é suscetível de ser compreendido como expressão de simples nexos causais: *todo fato*, juridicamente relevante, já se acha imantado a um valor, só é pensável em sua referência axiológica, muito embora nele exista, é claro, algo de próprio, irreduzível ao valor. O *fato*, em suma, é “valorado” (recebe uma qualificação axiológica), mas jamais se converte em *valor*. Ao mesmo tempo, por conseguinte, em que se vincula o *fato* ao valor, reconhece-se a recíproca irreduzibilidade. O erro do empirismo jurídico consiste, em verdade, em reduzir o valor ao *fato*, porque no fundo estabelece uma sinonímia entre valor e valoração, ou ato de valorar (REALE, 1994, p. 95).

Dessa forma, tendo em vista todo processo histórico de evolução das liberdades de escolhas dos seres humanos, constatamos que tudo se deu em razão do senso de se fazer justiça. Não existe possibilidade de se buscar a dignidade humana sem nos referirmos também a liberdade, pois ambas estão entrelaçadas.

Nesse caminhar de pensamentos, entende-se que o exercício da liberdade na escolha do cônjuge em não mais permanecer casado é, sobretudo, condição para que o ser humano possa exercer a sua dignidade humana. Por essa razão, a liberdade do ser humano em decidir os rumos da sua vida faz parte daquilo que ele cogita ser o melhor para si.

Sendo assim, é primordial a existência de um ordenamento jurídico que tenha por finalidade limitar, cada vez mais, as intervenções por parte do Estado em querer decidir sobre os assuntos de natureza privada dos cônjuges. As decisões realizadas no ambiente familiar são de exclusividade dos cônjuges.

Nesse sentido, se faz pertinente colacionar o pensamento do professor Paulo Lôbo, no tocante ao princípio da liberdade:

Na Constituição brasileira e nas leis atuais, o princípio da liberdade na família apresenta duas vertentes essenciais: liberdade da entidade familiar, diante do Estado e da sociedade, e liberdade de cada membro diante dos outros membros e da própria entidade familiar. A liberdade se realiza na constituição, manutenção e extinção da entidade familiar; no planejamento familiar, que “é livre decisão do casal” (art. 226, § 7º, da Constituição), sem interferências públicas ou privadas; na garantia contra a violência, exploração e opressão no seio familiar; na organização familiar mais democrática, participativa e solidária (LÔBO, 2011, p. 70).

Compreende-se então que o exercício da liberdade é o ato pelo qual o homem ou a mulher pode manifestar sem que seja cerceada. Uma vez fracassado o afeto entre os cônjuges, e tendo em vista que tal sentimento é a base para qualquer relação conjugal, não faz o menor sentido o Estado restringir a liberdade do cônjuge em se desvincular da relação.

Nesse entender, a concepção da existência do afeto, base para as relações conjugais, não pode se dá apenas no momento da cerimônia do casamento, o afeto deve perdurar por toda relação, servindo como impulso para continuação da mesma. Uma vez surgido o desinteresse de não mais continuar com o casamento, pode o cônjuge se desligar daquele núcleo familiar.

Na concepção de Pereira (2021, p. 247) “Nesse sentido, podemos dizer que quase todos nos enganamos em relação ao outro. Quando o véu da paixão já não encobre mais os defeitos do outro, é que se começa a ver, verdadeiramente, a pessoa com quem se casou.”

Desse modo, compreendemos que o mesmo direito que o ser humano tem em instituir uma união conjugal, também tem de resolver a união ora estabelecida. Por essa razão, diante dessa realidade presente nos núcleos familiares, deve a norma jurídica assegurar que esses direitos sejam respeitados.

É que se existem princípios gerais no sistema jurídico, emanados da Carta Constitucional, realçando a dignidade da pessoa humana, a vida privada (inclusive intimidade) e a liberdade (dentre outros), toda e qualquer interpretação de norma infraconstitucional deve gravitar em torno deles por estarem acobertados de supremacia normativa e axiológica. Seria admitir o vilipêndio frontal de tais garantias (Farias, Rosenthal, 2017, p. 429).

Nesse mesmo entendimento, a dignidade da pessoa humana repousa sob o aspecto de proteger os valores dignos de cada indivíduo. Sendo assim, uma vez que se impõe uma ação coibindo um cônjuge a realizar algo contrário aos seus desejos, tem-se aí uma violação ao princípio do qual falamos no início desse parágrafo.

Entende-se por ser totalmente descabível, forçar a permanência de uma relação quando não mais se vislumbra o interesse dos cônjuges de não mais continuar. Essa imposição de viés patriarcalista, não é mais recepcionada pela norma vigente. Há de se entender que todo processo de transformação do Direito de Família foi com intuito de propiciar uma vida mais digna para os cônjuges.

A centralidade da pessoa humana, tratada não como meio, mas como fim da ordem jurídica e do Estado, revela-se logo na organização da Lei Maior. Se as constituições anteriores começavam disciplinando a estrutura estatal e só depois enunciavam os direitos fundamentais, a Carta de 88 faz o oposto, principiando pela consagração dos direitos das pessoas (SARMENTO, 2016, p.72).

Dessa maneira, depreendemos que os seres humanos possuem sentimentos; e que, por sua vez, esses sentimentos são sensíveis a toda agressividade. Não se pode partir do pressuposto de que as pessoas humanas são robôs ou algo manipulável. Todo ser humano é detentor da sua própria vontade e desejos.

Sendo assim, entende-se que todos devem ser tratados de maneira digna e igualitária. Compreendemos que o papel da legislação jurídica consiste em assegurar que o direito de escolha do cônjuge seja respeitado. Somente os cônjuges sabem o que se passa no dia a dia do casal. Como diz um velho ditado: “só sabe o que se passa, quem está na pele”.¹⁸

A pessoa humana é protagonista da sua própria história; e somente a ela cabe a decisão de escolha daquilo que almeja. Há de se entender que, enquanto vivente nesse mundo físico, surgem diversas necessidades dos seres humanos das quais muitas delas acabam por impulsionar a busca por justiça.

Toda a minha perspectiva histórica, como bem o notou Luigi Bagolini, gira em torno de um ponto firme, que é como a alma e a condição imanente da experiência jurídica: é a idéia de pessoa, não entendida como substância dogmaticamente pressuposta à pesquisa filosófica, mas como imanente possibilidade de escolha constitutiva de valores (REALE, 1994, p. 82).

Partindo desse ponto de vista, inferimos que não pode o Estado de forma impositiva, decidir aquilo que ele julga ser o melhor para cada um, essa escolha cabe aos indivíduos da relação conjugal. O papel do Estado é procurar a melhor alternativa de se resolver os conflitos, sem adentrar na esfera íntima dos cônjuges.

¹⁸ Muito embora não saiba o autor, tal expressão trata-se de uma máxima popular;

Assim sendo, o princípio da dignidade da pessoa humana passou a existir em razão da pessoa humana e não do Estado. É ilógico uma manifestação de desejo de natureza íntima dos cônjuges ter que ser submetida a análise por parte do poder estatal. Posto isto, é necessário que a dignidade humana seja encarada com seriedade a fim de coibir tratamentos desumanos.

A dignidade não é, porém, um critério exclusivo ou definitivo para a ponderação, nem tampouco encerra algum tipo de algoritmo matemático que permita o equacionamento mecânico de todas as colisões constitucionais – até pela dificuldade de se reconhecer a direção em que o princípio aponta em cada caso. Cuida-se, isto sim, de um parâmetro importante, que busca reduzir o arbítrio do intérprete, bem como diminuir o risco de que a ponderação se converta em instrumento para o enfraquecimento dos direitos fundamentais diante dos interesses das maiorias (SARMENTO, 2016, p.81).

À vista disso, inferimos que, muito embora existam outras particularidades em um contexto social, a pessoa humana é proprietária de um direito do qual deve ser reverenciado pelo Estado e pela coletividade. A dignidade é um direito que faz parte da essência de cada indivíduo, sendo impossível separar.

Como bem já dissemos, nada nesse mundo é eterno. Algumas relações conjugais se extinguem em razão de um advento natural, a morte de um dos cônjuges. Ao passo que outras findam pela vontade humana. Para essas dissoluções resultantes do desejo humano, deve a norma jurídica respeitar esse direito do cônjuge.

Inexistindo a dignidade humana, entende-se não haver perspectiva de condição de vida digna; e, conseqüentemente, leva ao menosprezo da vida humana. Não faz sentido impor de maneira irracional a permanência de uma relação conjugal sem a presença de qualquer sentimento de afeto entre ambos ou por parte de um dos cônjuges.

Uma vez que o ordenamento jurídico impõe a convivência de duas pessoas sem que desejem, é um ato de crueldade. Negar o reconhecimento das liberdades pessoais é uma atitude individualista e possessiva. Toda pessoa tem sentimentos, desejos; e esses valores que fazem parte da essência humana precisam ser respeitados.

O ser humano é concebido como um *sujeito* com capacidade para tomar decisões e o direito de fazê-lo – daí a garantia das liberdades individuais e da democracia (autonomias privada e pública). Ele é tido como um ser *racional*, mas não apenas racional: também *sentimental*, *corporal* e *social*, e todas estas dimensões da sua humanidade são igualmente valorizadas. É concebido como alguém que tem necessidades materiais básicas que devem ser atendidas – daí os direitos sociais. Que precisa do reconhecimento do outro. Que não é uma “ilha”, mas um “animal social”, pois não apenas vive, mas *convive*, tendo responsabilidades em relação à sociedade e aos seus semelhantes (SARMENTO, 2016, p. 77).

Dessa forma, compreendemos que a dignidade da pessoa humana é um princípio com larga aplicabilidade, pois está presente nos direitos fundamentais, bem como nos direitos sociais¹⁹ contidos no texto constitucional. Sendo assim, a dignidade alcança todas as áreas organizadas pelo Estado.

Dessa forma, nos leva a compreender que, de maneira assertiva, a emenda Constitucional 66/2010 - já explorada no capítulo anterior - possibilitou uma melhor hermenêutica as inúmeras situações de natureza privada, no que diz respeito as relações conjugais, que outrora eram desamparadas.

Nesse diapasão, compreendemos que a dignidade da pessoa humana é um valor ligado a natureza de cada pessoa, capaz de estabelecer uma relação de valor e respeito entre os seres humanos no meio social. Dessa maneira, deve o Estado prover a estabilidade dos interesses individuais de cada um.

¹⁹ Art. 6º da Constituição Federal – São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição;

A qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos (SARMENTO, 2016, p. 90, apud, SARLET, 2011, p. 59-60).

A experiência de vida experimentada pelas pessoas é prova viva da real necessidade de se fazer jus a liberdade dos homens e mulheres como forma de assegurar a dignidade humana. Com a evolução do direito de família, é possível constatar uma melhor interpretação da autonomia privada de cada cônjuge de decidir os rumos da sua vida.

Nesse sentido, entende-se que todo processo de transformação no Direito de Família, no decorrer dos anos, é fruto da necessidade jurídica em ofertar aos cônjuges um tratamento mais justo e igualitário.

Observo, desde logo, que a colocação de fato, valor e norma, menos como elementos do que como momentos de um processo, vinha confirmar que, sendo o Direito uma dimensão da vida humana, compartilhava, ou melhor, expressava a dialeticidade do homem, compreendido como “o único ente que originariamente é e deve ser”, ou, por outras palavras, como “ente, cujo ser é o seu dever-ser”. Os componentes da experiência jurídica eram, pois, desde o início, focalizados à luz do homem, de seu ser espiritual, ponto de partida e de chegada do processo histórico (REALE, 1994, p. 97).

Dessa maneira, é de fundamental importância que se estabeleça um diálogo entre os fatos, as livres escolhas realizadas pelos cônjuges e a norma jurídica. Pois, sendo assim, através dessa aproximação entre os fatos e os valores que é possível chegar a um senso daquilo que se julga por ser justo, ou seja, uma norma jurídica coerente.

Todo processo de evolução do Direito de Família é no intuito de sempre buscar atender os interesses de cada cônjuge. Na medida em que as transformações vão ocorrendo, os valores também se atualizam a cada período existencial. Dessa maneira, o direito ao passo das mudanças deve proporcionar uma segurança para os mais variados comportamentos da sociedade.

A norma jurídica vigente, bem mais sensata na seara Familiar do que no período passado, permite a liberdade das pessoas em direcionar as suas escolhas com base nos seus sentimentos. Os homens e mulheres são livres e podem, a qualquer tempo, constituir uma relação conjugal, desde que desimpedidos²⁰.

Com o advento do novo entendimento da norma constitucional, na EC 66/2010 não há qualquer embaraço no tocante a possibilidade dos cônjuges em recorrer ao processo da dissolução conjugal. Toda essa evolução da norma jurídica é fruto do reconhecimento da liberdade e dignidade humana de cada indivíduo.

Os seres humanos gozam da capacidade de exteriorizarem as suas ideias, os seus desejos e as suas percepções de mundo. Assim sendo, são merecedores da prestação do Estado em ofertar segurança aos seres humanos. A dignidade humana é algo intrínseco a cada indivíduo, cabendo a norma a função de fazer com que esse princípio seja respeitado tanto pelo Estado como pela coletividade.

A emenda constitucional, da qual nos referimos anteriormente, é prova viva do acolhimento do princípio da dignidade humana. Repetindo o que já tratamos em momento

²⁰ Art. 1.521 do Código Civil – Não podem casar: I - os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil; II - os afins em linha reta; III - o adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante; IV - os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive; V - o adotado com o filho do adotante; VI - as pessoas casadas; VII - o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o seu consorte;

anterior, o divórcio trouxe uma maior flexibilização para aqueles cônjuges que se encontram em um convívio sufocado, fadado a infelicidade, poderem se libertar dessa relação.

Após a nova roupagem dada ao divórcio, compreende-se que o Estado tem por finalidade garantir que, diante da falência de afeto entre os cônjuges, o caminho para que os conviventes possam se ver livres e assim respirarem novos horizontes em busca da sua felicidade seja algo menos burocrático e doloroso.

Dessa forma, não é justo que um cônjuge - insatisfeito com a relação - tenha que dividir o mesmo núcleo habitacional contra a sua vontade. Sendo assim, a liberdade de escolha deve ser respeitada; prevalecendo, antes de tudo, o desejo, a autonomia privada do cônjuge em extinguir o vínculo conjugal quando desejar.

O Divórcio Impositivo e a sua possibilidade de aplicabilidade no Ordenamento Jurídico Brasileiro

Ao início de um relacionamento, em que tudo são flores, não se cogita que aquela relação um dia terminará por vontade unilateral ou de ambos os cônjuges. Alguns casamentos tendem a ser mais duradouros, outros se esbarram nos inconformismos e acabam se findando ainda no início da trajetória. Não temos a capacidade de prever o nosso futuro, nem tampouco podemos decidir algo com base naquilo que ainda se quer conhecemos com mais profundidade.

A vida nos reserva grandes desafios, dos quais muitos deles contribuem para a desistência de continuar o percurso. Viver é sempre enfrentar as intempéries que o processo existencial do mundo físico demanda a cada um. Em razão disso; é preciso, na maioria das vezes, fazer uma escolha entre seguir ou desistir.

No Direito de Família é possível entender que a norma jurídica se depara com várias situações ocorridas ao longo da existência da relação conjugal. Uma vez finda a consideração, o amor, o afeto entre os cônjuges, compreende-se não haver mais razão de continuar com a relação. Posto isso, o divórcio é o meio utilizado para dissolver o vínculo matrimonial estabelecido entre os cônjuges, conforme já vimos anteriormente.

A luz de todo o percurso de evolução do Direito de Família, constatamos que o divórcio tem sido alvo de profundas mudanças. Se tratando de ser um Direito disponível aos cônjuges, o divórcio ganha relevo sob o prisma de estar associado ao princípio fundamental, que é a dignidade da pessoa humana.

Nessa mesma trilha de pensamento, a Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado Pernambuco, por meio do provimento de nº 06/2019, de autoria do Desembargador Jones Figueirêdo Alves, regulamentou o procedimento de averbação do Divórcio Impositivo no âmbito do Cartório de Registro Civil²¹. Sendo assim, qualquer um dos cônjuges que não mais se sentissem vivos na relação conjugal, poderá ir ao cartório, acompanhado de um Advogado, e requerer a dissolução, desde que obedecidos os requisitos estabelecidos no provimento.

Conforme se extrai do provimento citado acima, o divórcio impositivo que também poderá ser chamado de divórcio unilateral, consiste em um ato de expressa vontade de um dos cônjuges, motivado pelo desejo de não querer a permanência no núcleo familiar, recorre às vias administrativas, acompanhado de advogado, para requerer a dissolução conjugal, sem a participação ou comunicação do outro cônjuge.

Entretanto, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ decidiu suspender as medidas administrativas, bem como recomendou que os tribunais não editem normas nesse sentido²².

²¹ Art. 1º do Provimento 06/2019 – Indicar que qualquer dos cônjuges poderá requerer, perante o Registro Civil, em cartório onde lançado o assento do seu casamento, a averbação do seu divórcio, à margem do respectivo assento, tomando-se o pedido como simples exercício de um direito potestativo do requerente;

²² Recomendação nº 36 do Conselho Nacional de Justiça – Art. 1º Recomendar aos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal que: I - se abstenham de editar atos regulamentando a averbação de divórcio extrajudicial por declaração unilateral emanada de um dos cônjuges (divórcio impositivo), salvo nas hipóteses de divórcio consensual, separação consensual e extinção de união estável, previstas no art. 733 do Código de Processo Civil;

Segundo o entendimento do Ministro Humberto Martins, o provimento editado implicaria não existência de consenso entre os cônjuges, consubstanciando em um divórcio litigioso.

Analisando todo esse contexto, entende-se ser assertivo o posicionamento do Tribunal de Justiça de Pernambuco, haja vista que, além de se tratar de um instituto que prima pela autonomia da vontade e a dignidade da pessoa humana, tem também a natureza contributiva para desjudicialização da esfera judicial.

Ao fazermos uma análise da justificativa contrária ao Divórcio Impositivo, constatamos que ela se apegua a não comunicação ao outro cônjuge e a possível caracterização de um conflito entre eles. Todavia, em que pese a existência de conflito, só poderia ser obstáculo para realização do divórcio pelas vias administrativas se a discórdia fosse em relação a outras situações e não no tocante a dissolução do casamento.

Essa forma contrária de pensamento nos parece ser contrária a algo já superado pelo ordenamento jurídico. Com base em todas as possibilidades permissivas em relação as dissoluções conjugais, criar burocracia, procrastinar a resolução dissolutiva conjugal, provoca um sofrimento prolongado ao cônjuge infeliz na relação.

O movimento mundial de acesso à justiça tende para a desjudicialização crescente da resolução dos conflitos, pois a justiça oficial não consegue mais atender às demandas individuais e sociais. Ao mesmo tempo, buscam-se soluções que levem à simplificação, redução e desburocratização de processos e procedimentos. Cresce a compreensão que o acesso à justiça não se dá apenas perante o Poder Judiciário formal. Se assim é para os conflitos litigiosos, com maior razão se impõe quando as próprias partes estão de acordo em resolvê-los. Desde que sejam observados e respeitados os direitos dos cônjuges e dos filhos, segundo a moldura legal, o processo judicial é dispensável (LÔBO, 2011, p.158).

Entende-se que o divórcio é, sobretudo, um ato particular do cônjuge que poderá requerer a qualquer momento sem se sujeitar a qualquer anuência por parte do outro cônjuge. Dessa maneira, nos leva a compreensão que a autonomia privada, a vontade, o desejo do cônjuge devem prevalecer sobre qualquer disposição embaraçosa.

Todo processo de existência do indivíduo, com base na experiência de vida, nos leva a entender a necessidade de se estabelecer um diálogo entre o indivíduo e os seus valores a partir de cada momento cultural. Assim, deduzimos que não se pode fechar os olhos para essas transformações de grande valia para o Direito de Família.

Daí ser fundamental no historicismo axiológico a complementaridade dialética entre subjetividade, como fonte inexaurível de valores, e objetividade, como inexaurível possibilidade de determinações da experiência, cabendo ao Direito não só salvaguardar e tutelar os bens já adquiridos, como, acima de tudo, preservar e garantir o homem mesmo como livre criador de novos bens, em quaisquer que possam ser os ordenamentos político-jurídicos da convivência social. (REALE, 1994, p. 83).

Compreendemos que o Direito surge a partir da manifestação dos fatos sociais ocorridos na coletividade em que o indivíduo está inserido. Dessa maneira, a norma jurídica deve acompanhar todas essas dinâmicas da sociedade, com a finalidade de buscar uma melhor adequação para esses novos fatos que vão existindo ao decorrer dos tempos.

Na impossibilidade de desenvolver esta matéria, limito-me a dizer, aqui, que o valor se distingue dos objetos ideais por algumas notas essenciais, que o vinculam ao processo histórico, quais sejam, a realizabilidade (valor que não se realiza é quimera, simples aparência de valor, enquanto um objeto ideal, como um círculo, não deixa de ser o que é, por jamais haver entes circulares perfeitos); a inexauribilidade (por mais, p. ex., que se realize justiça, há sempre justiça a realizar); a transcendentalidade (uma sentença justa não é toda a justiça, pois todo valor supera suas realizações históricas particulares); a polaridade (só se compreende um valor pensando-o na complementaridade de seu

contrário, ou seja, positiva e negativamente, enquanto os objetos ideais são pensados independentemente de algo que necessariamente os negue etc.) (REALE, 1994, p. 94).

Muito embora existam leis que regulamentem as diferentes relações sociais dos seres humanos, haverá sempre a necessidade de a norma jurídica evoluir. A forma de pensar, a maneira de comportamento dos seres humanos, ao passar do tempo, tendem a mudar. Por essa razão, é de fundamental importância a evolução do ordenamento jurídico.

Ao perquirir a atual legislação brasileira, constatamos não haver nenhuma previsão, seja no Código Civil, Processo Civil e até mesmo na Constituição Federal que se posicione de forma contrária ao Divórcio Impositivo extrajudicial. Além disso, a jurisprudência vem promovendo importantes revoluções no mundo jurídico, sobretudo no Direito de Família.

Conforme já analisamos nos capítulos que antecederam a presente seção, na antiga legislação não era permitido que os cônjuges pudessem recorrer ao divórcio. Diferentemente daquele período, não encontramos na atual legislação dispositivo que impeça das pessoas de promoverem o divórcio sem qualquer obstáculo.

Entende-se por ser totalmente incoerente o Estado ficar criando dificuldades para os avanços jurídicos. A decisão do cônjuge em querer o divórcio é um direito de natureza privada, ligado a dignidade humana. Assim sendo, não deve o Estado se posicionar contra um direito potestativo do cônjuge.

Dessa maneira, interpreta-se que o divórcio impositivo é a representação de um Direito de Família atual, moderno, fruto de um progresso jurídico que, cada vez mais, vem buscando oferecer uma resposta mais célere para os cônjuges que desejam se desvincular da relação indesejada e constituir novos ambientes familiares.

Um ponto que nos parece ser interessante, é que, conforme já analisamos, com a inauguração da EC 66/2010 da qual já nos debruçamos no capítulo anterior, o divórcio tornou-se um procedimento ainda mais flexível. Não pode o Estado remar contra os avanços do Direito de Família.

Nesse sentido, independente da manifestação positiva ou negativa do outro cônjuge, e tendo em vista que a culpa já não mais se discute no divórcio, possibilita enxergar que a dissolução do vínculo conjugal poderá ser realizada, bastando apenas o desejo por parte de um dos cônjuges em exteriorizar o seu interesse. Portanto, esse novo entendimento corrobora para o reconhecimento da dissolução unilateral.

Muitas são as situações concretas em que essa modalidade de divórcio unilateral traz vantagens práticas. Primeiro, cite-se a hipótese em que o outro cônjuge não quer conceder o fim do vínculo conjugal por mera "implicância pessoal", mantendo-se inerte quanto à lavratura da escritura de divórcio consensual e negando-se também a comparecer em juízo. Segundo, podem ser mencionados os casos em que um dos cônjuges encontra-se em local incerto e não sabido, ou mesmo desaparecido há anos, não podendo o outro divorciar-se para se casar novamente. Por fim, destaquem-se as situações de violência doméstica, em que o diálogo entre as partes é impossível e deve ser evitado, sendo urgente e imperiosa a decretação do divórcio do casal. Em todos esses casos, decreta-se o divórcio do casal, deixando o debate de outras questões para posterior momento (TARTUCE, 2019 online).

Assim sendo, constatamos que o divórcio impositivo, realizado pelas vias administrativas, vem corroborar para um Direito de Família mais adaptável. Há de se compreender que com base no princípio da dignidade humana, ninguém está obrigado a ter que conviver preso a outra pessoa contra a sua vontade.

Ao fazermos a leitura do artigo 311 e inciso IV do Novo Código de Processo Civil,²³ analisamos que já bem antes do surgimento do Divórcio impositivo, o referido artigo já sinalizava na mesma linha de pensamento do referido divórcio. A tutela de evidência, estabelecida no citado artigo, poderá ser concedida sem qualquer manifestação contrária da outra parte.

Denomina-se tutela de evidência a tutela provisória, de natureza satisfativa, cuja concessão prescinde do requisito da urgência (art. 311). Trata-se, então, de uma tutela antecipada não urgente, isto é, de uma medida destinada a antecipar o próprio resultado prático final do processo, satisfazendo-se na prática o direito do demandante, independentemente da presença de periculum in mora. Está-se, aí, pois, diante de uma técnica de aceleração do resultado do processo, criada para casos em que se afigura evidente (isto é, dotada de probabilidade máxima) a existência do direito material (CÂMARA, 2016, p. 189).

Dessa forma, entende-se que mesmo que existindo outras questões a serem definidas em relação ao casamento, como por exemplo a partilha de bens, ainda assim, o juiz poderá conceder de forma provisória o direito requerido pelo cônjuge, qual seja, a dissolução do vínculo conjugal em caráter antecipatório.

A vista das transformações ocorridas, vislumbramos que a culpa atribuída a um dos cônjuges como causador do infortúnio do casamento, e que era atribuída uma responsabilidade ao cônjuge pela dissolução do casamento, não mais se discute nas varas de família. Sendo assim, nos leva a entender que os litígios existentes entre os cônjuges estão associados apenas as questões patrimoniais e da guarda, caso existam filhos menores.

Ao fazermos uma leitura da legislação civil, extraímos que o artigo 1.581 do Código Civil²⁴ compactua do entendimento de possibilitar, *a priori*, a dissolução do casamento. Isso demonstra que, desde muito antes, a legislação vem colocando a dissolução do casamento sempre à frente de outras questões atinentes da relação.

Nesse sentido, percebemos que a norma jurídica já priorizava, inicialmente, a dignidade humana do cônjuge e o seu direito em dissolver o casamento. Assim sendo, leva a compreensão que o legislador pensando na convivência indesejada, colocou à disposição dos cônjuges a opção de dissolver o vínculo conjugal sem a necessidade de discutir as outras questões do casamento.

Portanto, quanto à ideia do “divórcio impositivo” e à sua finalidade prática, não resta dúvida que a iniciativa deva ser apoiada e aperfeiçoada. No moderno direito de família, não há mais espaço para a corriqueira frase em litígio entre os casais de que “não vai se dar o divórcio”. As pessoas, nas relações familiares de qualquer espécie, são livres e não devem depender da outra para tratar de assunto voltado ao seu estado civil, quando não há mais casamento de fato, sobretudo quando não tem dúvida de que não querem mais viver com a outra pessoa (BRITO, 2019, online).

Dessa maneira, possibilita compreender que o principal objetivo do divórcio impositivo, realizado pelas vias extrajudiciais, é simplesmente a possibilidade de um cônjuge insatisfeito com a relação, pela falência de afeto ou qualquer outra situação desconfortável, possa ter a liberdade de requerer junto ao cartório, onde foi realizado o assento do seu casamento, a averbação do seu divórcio.

Entende-se que em pleno século XXI, e levando em conta a modernização do Direito de Família, não é cabível o Estado criar embaraços para o não reconhecimento do Divórcio Impositivo. Prolongar a existência de um vínculo conjugal em desfavor das vontades dos

²³ Artigo 311, inciso IV do Código de Processo Civil – A tutela da evidencia será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando:

IV – a petição inicial for instruída com a prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável;

²⁴ Artigo 1.581 do Código Civil – O divórcio pode ser concedido sem que haja prévia partilha de bens;

indivíduos por puro formalismo normativo é promover um desequilíbrio ao psíquico e a dignidade humana dos indivíduos.

Nessa ordem de ideias, é fácil perceber que repugna à dignidade humana, consagrada constitucionalmente como valor precípuo do sistema jurídico, dificultar ou impedir que pessoas casadas possam, facilmente, dissolver o seu casamento. E mais, impor dificuldades ou entraves jurídicos nesse momento importa em uma verdadeira degradação pessoal nas esferas psíquica, moral, intelectual e, por certo, física, afrontando a dignidade dos envolvidos.

Por isso, com as lentes garantistas da Constituição da República, é preciso, sem dúvida enxergar a dissolução do casamento (agora simplificada pela Emenda Constitucional 66/10) com uma feição mais ética e humanizada, compreendendo o divórcio como um instrumento efetivo e eficaz de promoção da integridade e da dignidade da pessoa humana. Essa humanização implica, inclusive, em evitar a excessiva exposição da intimidade do casal, fazendo com que o divórcio esteja sintonizado em um novo tempo, no qual a dignidade do ser humano sobrepuje os formalismos legais (FARIAS, 2016 p. 381).

A par desse moderno procedimento extrajudicial que apresenta ser de relevância jurídica para o Direito de Família, tramita no Senado brasileiro um projeto Lei de nº 3457/2019²⁵ de autoria do senador Rodrigo Pacheco, encabeçado pelos professores Flávio Tartuce, Mario Luiz Delgado, José Fernando Simão e Jones Figueirêdo Alves.

O referido projeto em tramitação propõe a inclusão do artigo 733-A ao Código de Processo Civil; e, assim, permitir que a averbação da dissolução do vínculo matrimonial seja realizada por um dos cônjuges, junto ao cartório civil, sem que o outro convivente concita para a realização de tal ato.

Entende-se que a ideia do projeto é positivar a realização do divórcio impositivo extrajudicial no âmbito do cartório de registro civil. Assim sendo, muito embora a legislação civil já dê um respaldo para essa possibilidade, conforme já demonstramos, uma vez transformado em lei o projeto, afasta os impedimentos formais e materiais suscitados pelo Conselho Nacional de Justiça, através do ministro Humberto Martins.

Essa necessidade de se positivar uma determinada norma parte do pressuposto de que muito embora existam leis, em razão de todo processo de transformação e valores atribuídos a períodos culturais distintos, sempre haverá necessidade de que novas leis sejam criadas para que se preserve a segurança de todos os seres humanos.

O momento pandêmico vivenciado por todos nós, é prova real da necessidade de se compreender que é preciso avançar. Se não houvesse os impedimentos levantados pelo Conselho Nacional de Justiça, o divórcio impositivo extrajudicial daria uma importante contribuição para o Direito de Família durante a pandemia.

Em razão dessa realidade provocada pelo novo coronavírus, muitos casais tiveram que adotar novas rotinas, compartilhando por mais tempo o mesmo ambiente. Não obstante a relação duradoura, ninguém conhece ninguém, cada pessoa é um mundo e essa nova realidade vem demonstrando isso todos os dias.

A correria do dia a dia, muitas vezes, tem impedido de os cônjuges partilharem uma vida mais próxima um do outro. Por essa razão; muitos casais, por mais que dividam o mesmo núcleo familiar, ainda pouco se conhecem. Dessa forma, o isolamento social desencadeou uma série de revelações que culminaram no rompimento matrimonial.

Com esse compartilhamento de convivência mais presente, o conhecimento interpessoal entre os casais possibilitou um redescobrimto de cada indivíduo. Assim sendo, os cônjuges

²⁵ Projeto de Lei nº 3457 de 2019 – Acrescenta o art. 733-A ao Código de Processo Civil de 2015 com a seguinte redação: Permite que um dos cônjuges requeira a averbação de divórcio no cartório de registro civil mesmo que o outro cônjuge não concorde com a separação. Para mais informações, acesse: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=137242>;

passaram a fazer uma avaliação pessoal se ainda existia interesse em permanecer naquele casamento.

Não mais desejando fazer parte daquele matrimônio, o cônjuge insatisfeito se depara com um momento pandêmico, em que se recomendavam o afastamento social e a suspensão das atividades do Poder Judiciário. Além de todo abalo psíquico provocado pela pandemia, o cônjuge agora terá que conviver ao lado de uma pessoa da qual não deseja continuar dividindo a intimidade.

Tendo em vista os inúmeros processos, suspensões de audiências e prazos determinados pelos Tribunais de Justiça de todo o Brasil, a adoção pelo divórcio impositivo extrajudicial se mostra ser uma alternativa célere e eficaz. Sendo assim, a dissolução poderá ser realizada com maior rapidez, sem ter que aguardar por todo desenvolver processual no Poder Judiciário.

Portanto, acredita-se que o divórcio impositivo, realizado administrativamente, demonstra ser de fundamental importância para o Direito de Família, pois, além de assegurar que o princípio da dignidade humana seja respeitado, contribui como alternativa para desafogar do Poder Judiciário, promovendo uma maior celeridade para resolução dos conflitos oriundos das relações matrimoniais.

Conclusão

Atrelado a toda evolução jurídica, O Direito de família tem sido objeto de profundas transformações. Todo o dinamismo social, alinhado ao princípio da dignidade humana, tem impulsionado uma nova roupagem a norma jurídica, tornado as dissoluções matrimônias mais flexíveis.

Diferentemente das culturas anteriores, a concepção da dissolubilidade matrimonial para a sociedade moderna repousa sob a ótica da autonomia privada do cônjuge. Sendo assim, a base para a manutenção do casamento está ligada apenas a presença de afeto entre os cônjuges.

Muito embora a moral religiosa tenha sempre se posicionado a favor da continuidade da relação matrimonial, o divórcio se mostra bastante relevante para o Direito de Família, pois possibilita que o cônjuge não seja obrigado a permanecer preso a um relacionamento sem qualquer afeto.

Após a EC 66/2010, o direito do cônjuge de não mais continuar casado prevaleceu sobre qualquer requisito temporal ou legislativo. Assim sendo, conclui-se que não é cabível o Estado querer dificultar qualquer procedimento em relação a extinção do vínculo conjugal, haja vista que o afeto e desejo devem estar acima de qualquer dispositivo.

Diante do atual momento e que vivenciamos, não é salutar criar resistências para a concessão do Divórcio. Há de se compreender que a dissolução conjugal é um direito potestativo do cônjuge, somente a ele cabe a decisão de continuar ou não na relação conjugal.

O procedimento extrajudicial é menos burocrático e seguro. Além de propiciar ao cônjuge uma dissolução matrimonial mais célere, também corrobora para a diminuição do número de processos que tramitam no âmbito do Poder Judiciário Brasileiro.

Sendo assim, o Divórcio Impositivo Extrajudicial contribui para um Direito de Família moderno, preservando a dignidade humana e a livre escolha do cônjuge. Ninguém é obrigado a permanecer preso a outra. Dessa forma, a tramitação pelas vias administrativas é simples, segura e menos custosa para os cônjuges.

Dessa forma, a luz de toda evolução do Direito de Família, é possível concluir que o Divórcio Impositivo realizado pelas vias administrativas é uma alternativa eficaz, capaz de ofertar aos cônjuges uma resolução mais célere em relação a extinção do vínculo estabelecido no casamento.

Referências

BELTRÃO, Tatiana. Divórcio demorou a chegar no Brasil. 04 dez. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/divorcio-demorou-a-chegar-no-brasil>. Acesso em: 13 mai. 2021.

BRITO, Rodrigo Toscano. Divórcio Impositivo. 27 mai. 2019. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/6950/Div%C3%B3rcio+impositivo>. Acesso em: 07 jun. 2021

CARNEIRO, Rodrigo Alvares. As mudanças no Direito Segundo a Teoria Tridimensional do Direito de Miguel Reale. 01 jan. 2017. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-156/as-mudancas-no-direito-segundo-a-teoria-tridimensional-do-direito-de-miguel-reale>. Acessado em 27 de abril de 2021.

FARIAS, Cristiano Chaves, ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil: famílias**. – 9. ed. rev. e atual - Salvador: Ed JusPodlvm, 2016.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil: famílias**. – 4. ed. – Saraiva. São Paulo, 2011.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das Famílias** / 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

REALE, Miguel. **Teoria tridimensional do Direito**. 5.ed. - São Paulo: Saraiva, 1994.

ROCHA, Paulo Sérgio Sanches. **Uma vida para dois**; 19. mai 2017. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/noticia/2017/05/professor-fala-sobre-os-desafios-do-casamento-nos-dias-atuais-9796318.html>. Acessado em: 27 abril 2021.

SARMENTO, Daniel. **Dignidade da pessoa humana: conteúdo, trajetórias e metodologia** / Belo Horizonte. Fórum, 2016.

SILVA, Felipe Gonçalves. **Manual de Sociologia Jurídica** / Felipe Gonçalves Silva, José Rodrigo Rodriguez. – 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

SILVA, Josué Cândido. Dialética – Tese, Antítese e Síntese. 29. mai 2008. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/filosofia/dialetica-tese-antiteze-e-sintese.htm>. Acessado em 29 de abril de 2021.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil, v. 5: Direito de Família**. 11. ed. rev. atual. e ampl.- Rio de Janeiro: Forense, 2016 b.

Recebido: 20/07/2022

Aprovado: 10/08/2022